

Rogério Miguez

O bem no limite das forças

*Para agradar a Deus e assegurar a sua posição futura,
basta que o homem não pratique o mal?*

“Não; cumpre-lhe fazer o bem no limite de suas forças,
porquanto responderá por todo mal *que haja resultado de não
haver praticado o bem.*”¹

Manancial aparentemente inesgotável de ensinamentos, *O livro dos espíritos* é um compêndio com imensos tesouros, sendo descobertos na medida em que o leitor amadurece espiritualmente, alcançando pouco a pouco a idade da razão. Leia-se uma, duas, mil vezes, e em cada leitura observam-se pérolas não percebidas anteriormente. Entre tantas excepcionais perguntas e respectivas respostas, sábias e elucidativas, uma se destaca por fornecer um guia seguro de conduta e comportamento para todos os espíritas e certamente no futuro para toda a humanidade. Referimo-nos à pergunta de número 642. Nesta, Allan Kardec, abordando a primeira Lei divina, a Lei Natural, em seu item terceiro, quando explora os conceitos sobre “o bem e o mal”, após várias considerações, expressa o desejo de entender como nos conduziremos para alcançar a tão almejada “salvação”, visto assim podermos interpretar desta forma o texto: “Agradar a Deus e assegurar a sua posição futura”.

Notam-se no conjunto duas recomendações de conduta regendo a nossa existência, considerando o aspecto moral: “não fazer o mal”; “fazer o bem”, contudo, há um destaque: [...] responderá por todo mal **que haja resultado de não haver praticado o bem.** (Destaque nosso.)

Vemos claramente duas obrigações: uma de não fazer e uma de fazer, mas, com ênfase ao exercício da segunda no limite das forças, quando, mesmo não praticando o mal, há possibilidade de se incorrer em falta.

Observa-se no original francês, a orientação também escrita em itálico: “*à cause du bien qu'il n'aura pas fait*”, vindo daí a razão dos tradutores terem sido fiéis ao texto, mantendo o destaque original. E qual seria a justificativa de Allan Kardec, por ter registrado em itálico apenas esta parte da resposta? Teriam os Espíritos lhe sugerido escrever desta forma para alertar os futuros leitores sobre este particular e importantíssimo enfoque? Desconhecemos, contudo, independente do motivo, destaca-se o fato. Talvez seja este o lado menos observado em nossa conduta em relação ao próximo, afinal, não fazer o mal é “relativamente fácil” e fazer o bem “também o é”, mas fazer o bem até a exaustão não é uma conduta esperada de Espíritos vinculados a um mundo de provas e expiações em vias de se regenerar.

O que nos impede de concretizar esta ou aquela ação com possibilidade de redundar em um bem para o próximo, mesmo cientes de, na falta desta, um mal poder advir? O egoísmo é certamente um dos impeditivos, pois, quando a oportunidade se apresenta e, deliberadamente nos omitimos em agir por suposta falta de tempo, cansaço físico ou mental, desleixo, descaso, comodismo, leviandade, “cansaço de fazer o bem”, todas justificativas egoísticas, deixamos de atender a recomendação final da resposta.

Recorramos a um caso prático, entre muitos possíveis exemplos: há no Movimento Espírita atual uma situação deveras peculiar. Médiuns perturbados têm escrito inúmeros livros não espíritas, embora afirmem o contrário. Estes falsos livros espíritas têm se misturado com a lavra espírita qual erva daninha, precisando ser extirpada, conforme ensinamento de Jesus: “Toda planta que meu Pai celestial não plantou será arrancada” (*Mateus 15:13.*)

Entretanto, em nome da imparcialidade, da liberdade de escolha tão difundida pela Doutrina, continua-se a divulgar obras ditas espíritas, deixando para o leitor decidir se a obra é boa ou não. Omitem-se em “arrancá-las”, conforme recomendou Jesus, pois dá trabalho, asseveram.

Há mesmo outros, detentores de meios radiofônicos e televisivos, recursos provisoriamente sob nossa guarda, pois somos mordomos dos bens de Deus, insistindo em propalar opiniões controversas sobre a Doutrina, sob o mesmo falso “amparo moral”, qual seja: “em nome da honestidade”, dizem, oferecemos aos ouvintes e telespectadores uma gama de informações sobre o espiritualismo, deixando para os mesmos a responsabilidade de seguir este ou aquele rumo. Esta atitude seria muito nobre caso estes programas não pretendessem ser espíritas, visto alguns possuírem em suas designações a denominação espírita. Estariam corretos se estivessem alinhados com o espiritualismo, mas não com o Espiritismo, como se apresentam. No primeiro caso poderiam abordar questões em diversas áreas do conhecimento espiritualista, sem preocupação em faltar com a fidelidade a Allan Kardec e apresentar opiniões controversas, caso contrário, incorrem em grave responsabilidade, pois quando se divulga para um, é um quadro, para dezenas, outro cenário, agravada pelo conhecimento do que se está fazendo. Já foi dito: “a cada um segundo suas obras” (*Romanos, 2:6*), proporcionalmente ao entendimento do que se faz. E não podemos tomar exatamente esta situação como um possível exemplo da advertência contida ao final da resposta à pergunta 642?

Se não, imaginemos o leitor, o ouvinte, ou o telespectador, de posse de uma informação incorreta, levemente disseminada, tomada como verdadeira, construindo o seu castelo de inverdades, pois em cima de uma pedra falsa, colocam-se outras, e mais a frente todo o castelo rui, desmorona, desfaz-se, surgindo a desilusão, a rebeldia, a queixa, a dor, em suma, o mal. A quem se responsabilizará por este desfecho? Se um cego tenta guiar um estropiado, é da Lei, acabam ambos caindo no precipício, mas com conseqüências diversas na queda, pois o entendimento de cada qual é diferente. Certamente o divulgador da pedra falsa, que não se esforçou por bem selecionar o joio do trigo, deverá responder com maior severidade aos rigores da Lei.

É omissão grave, pois detêm temporariamente meios de difundir a Doutrina e orientar a muitos, entretanto, divulgam tudo, permanecendo indiferentes ao que é de fato Espiritismo ou não, e deixam aos seus seguidores a responsabilidade de como agir.

Esta conduta é semelhante a vender remédios sem a respectiva receita: se o doente comprar o remédio errado, que não se aplique à sua particular necessidade, o que vendeu se julga sem responsabilidade, pois afinal foi o desejo do comprador, mas se esquece, poderíamos acrescentar, haverá severa prestação de contas.

A liberdade possuída é relativa, depende de responsabilidade, e se ainda não a possuímos no seu pleno e amplo significado, é preferível se abster de fazer, ou fazer certo, no limite das forças.

Após esta brevíssima abordagem, vale a pena recordar a motivação de Allan Kardec quando formulou esta pergunta. Conta Irmão X, em *Cartas e Crônicas*², que um dia Kardec, após tomar conhecimento de um sonho de Lutero, impressionado, adormeceu. “O grande reformador, em seu tempo, acalentava a convicção de haver estado no paraíso, colhendo informes em torno da felicidade celestial.”² Allan Kardec, durante o sono, foi levado por um emissário dos planos sublimes à região de grande sofrimento no espaço. Impressionado indaga quem estaria naquelas plagas de tantas agruras: os crucificadores de Jesus? os imperadores romanos? os algozes dos cristãos, dos séculos primitivos do Evangelho? [...] O Codificador do Espiritismo pensou nos conquistadores da antiguidade, Átila, Aníbal, Alarico I, Gengis Khan...² Nenhum deles povoava aquelas regiões, esclareceu o emissário, ali se encontravam “os cristãos infieis”² do mundo, plenamente educados quanto aos imperativos do “bem e da Verdade”, porém, fugitivos conscientes da “Verdade e do bem”.²

Chocado com a inesperada observação, Kardec regressou ao corpo e, de imediato, levantou-se e escreveu a pergunta que apresentaria, na noite próxima, ao exame dos mentores da obra em andamento e que figura como a questão de número 642 de *O Livro dos Espíritos* [...].²

Vale lembrar, o texto de Irmão X intitula-se: **Consciência espírita.**

REFERÊNCIAS:

¹ KARDEC, Allan. *O Livro dos espíritos*. Trad. Guillon Ribeiro. 93. ed. 1. imp. [Edição Histórica.] Brasília: FEB, 2013. q. 642.

² XAVIER, Francisco C. *Cartas e Crônicas*. Pelo Espírito Irmão X. 14. ed. 2. imp. Brasília: FEB, 2014. cap. 7, p. 29 a 32.